

PROJETO DE LEI Nº 17/2024, DE 22 DE AGOSTO DE 2024

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CARIRÉ-COMSEP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O EXMO. SR. ANTONIO RUFINO MARTINS PREFEITO MUNICIPAL DE CARIRÉ, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cariré-Ce aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública de Cariré COMSEP, vinculado à Secretaria da Segurança Pública, com a função de integrar o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP do Ministério da Justiça, com poder consultivo e sugestivo sobre a política municipal de segurança pública.

Art. 2º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cariré (CE) - COMSEP, órgão colegiado de natureza consultiva e sugestiva, tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública, formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade e atuar na sua articulação e controle democrático.

Art. 3º Compete ao COMSEP:

- I - Analisar e sugerir medidas para a elaboração da política municipal de segurança pública;
- II - Zelar pela efetivação de ações voltadas para a prevenção da violência e para a repressão da criminalidade;
- III - Conhecer, acompanhar e propor ajustes aos projetos e ações voltados à segurança pública no Município, com vistas a priorizar a prevenção da violência;
- IV - Apoiar e representar a comunidade em suas demandas relacionadas às políticas públicas de segurança realizadas pelo Município, acompanhando e fiscalizando a execução das ações e dos serviços;
- V - Cooperar com ações e projetos desenvolvidos por órgãos públicos e/ou de organizações não governamentais, relativas às iniciativas sociais de prevenção a violência;
- VI - Sugerir, aos órgãos de segurança pública, medidas preventivas que tenham por escopo o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança no Município;

VII - Propor, desenvolver, promover, estimular projetos de estudos, debates e pesquisas voltadas para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança no Município;

VIII - Estimular a corresponsabilidade comunitária, particular e empresarial, nas ações que visam a segurança coletiva;

IX - Sugerir, opinar e colaborar com ações ou campanhas voltadas para a não violência, a cultura de paz e a cidadania;

X - Propor com organizações privadas e governamentais, nacionais e estrangeiras, critérios de intercâmbio, celebração de convênio ou outro meio, com vista à superação de problemas de segurança pública no Município;

XI - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação, bem como mantê-lo atualizado;

XII - Dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação; e,

XIII - Exercer outras atribuições correlatas, definidas em Lei ou no seu Regimento Interno.

Art. 4º O COMSEP será composto por dois representantes, sendo um titular e um suplente, de cada instituição abaixo listadas:

I - Representantes governamentais do poder executivo municipal;

a) Secretaria da Segurança;

b) Guarda Civil Municipal;

c) Secretaria da Educação;

d) Secretaria da Saúde;

e) Secretaria do Meio Ambiente;

f) Secretaria De Infraestrutura e Desenvolvendo Urbano;

g) Sec. do Trabalho e Desenvolvimento Social;

h) Sec. De Cultura, Turismo, Esporte e Juventude;

i) Conselho tutelar.

II - Representantes dos órgãos que compõem o sistema de Segurança, Justiça e Defesa Social:

a) Polícia Militar;



- b) Polícia Civil;
- c) Poder Judiciário;
- d) Ministério Público;
- e) Defensoria Pública.

III - Representantes de entidade e organização da sociedade civil, assim descrito:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- b) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- c) Conselho Municipal de políticas sobre drogas;
- d) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 1º Os membros do COMSEP não serão remunerados nas atividades do Conselho, sendo o exercício da função de conselheiro de caráter gratuito e considerado serviço público relevante.

§ 2º Na ausência, temporária ou definitiva, bem como, nos impedimentos dos conselheiros titulares, os seus respectivos suplentes assumirão suas funções no COMSEP, devendo ser indicado novo conselheiro para suplência, observados os requisitos desta Lei.

Art. 5º As instituições do art. 4º indicarão seus representantes da seguinte forma:

I - Os membros representantes da administração pública serão indicados pelo Prefeito Municipal de Cariré;

II - As instituições que compõem o sistema de Segurança, Justiça e Defesa Social, entidades e organizações da sociedade civil indicarão seus representantes por meio de documento oficial.

Art. 6º Os membros do COMSEP e seus suplentes serão nomeados, mediante Portaria a ser publicada no portal de transparência, pelo(a) titular da Secretaria de Segurança pública, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

Art. 7º O COMSEP será presidido obrigatoriamente por um dos representantes do Poder Executivo Municipal conforme indicado no art. 4º, inciso I, com mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período.

§ 1º O(A) presidente do COMSEP será eleito por meio de voto direto dos conselheiros.

§ 2º Em caso de empate, haver-se-á por eleito o candidato mais idoso.

Art.8º O COMSEP promoverá, anualmente, diálogo com a população, com vistas a informar sobre ações e projetos municipais na sua área de atuação e receber manifestações de qualquer interessado.

Art. 9º O COMSEP reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente para debater fato de elevado valor social.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis, com pauta e respectiva documentação encaminhada, juntamente com a convocação.

§ 2º Perderá o mandato o membro do COMSEP que faltar, sem justificativa, a duas reuniões ordinárias no período de um ano, assumindo, nesse caso, o seu suplente, para completar o mandato original.

Art. 10 A aprovação e a alteração do Regimento Interno dar-se-á por maioria absoluta dos membros do COMSEP, devendo, em pós, ser homologado mediante portaria a ser publicada no portal de transparência do município.

Art. 11 O COMSEP terá suporte administrativo pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 12 O Orçamento Municipal poderá custear despesas do COMSEP, desde que compatíveis com os propósitos previstos nesta Lei e obedecendo à legislação de responsabilidade fiscal.

Art. 13 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, em 22 de agosto de 2024.



ANTONIO RUFINO MARTINS

Prefeito Municipal de Cariré